POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA CAIXA ASSET

Versão MAR 2025

Vigência: 17/03/2025

SUMÁRIO

1.	FINALIDADE.....	3
2.	DEFINIÇÕES.....	3
3.	MOTIVAÇÃO.....	5
4.	VIGÊNCIA.....	5
5.	DIRETRIZES.....	5
6.	RESPONSABILIDADES	8

1. FINALIDADE

Estabelecer princípios e diretrizes do processo de decisão relacionado às transações que envolvam partes relacionadas da CAIXA ASSET.

Esta Política não se aplica aos veículos de investimento geridos pela CAIXA ASSET.

Aos fundos de investimento geridos pela CAIXA ASSET se aplica o disposto na Instrução CVM nº 438/06, especificamente no tocante a informações sobre transações com partes relacionadas nas demonstrações financeiras.

2. DEFINIÇÕES

- Administradores ou Alta Administração da CAIXA ASSET – Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;
- CAIXA ASSET – Se refere à Caixa Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários S.A. (CAIXA DTVM) , subsidiária integral da CAIXA;
- Conflito de Interesses – Conflito de interesses é a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública, nos termos da Lei 12.813/2013 (RH 200).
- Controle Conjunto – Situação em que há o compartilhamento formal do controle de uma entidade, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento das partes controladoras;
- Influência Significativa - Poder de participar nas decisões financeiras e operacionais de uma entidade, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas;
- Membro Estatutário - Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato na CAIXA, no Conglomerado e na FUNCEF;
- Órgãos Colegiados Estatutários - Diretoria Colegiada, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Risco e de Capital, Comitê de Auditoria e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
- Parte Interessada ou Stakeholder - São os indivíduos ou grupos que possam afetar a Companhia, por meio de suas opiniões ou ações, ou que possam ser afetados pela Companhia. Exemplo: Alta Administração, público interno, fornecedores, consumidores, comunidade, governo, acionistas, sociedade civil, dentre outros;
- Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC - Regulamento interno de licitações e contratos para aquisição de bens e serviços pela CAIXA, elaborado nos termos do art. 40 da Lei nº 13.303/16, que disciplina sobre os procedimentos de licitações e contratações, dos mecanismos de posicionamento concorrencial, das contratações inovadoras, e procedimentos

auxiliares, entre outros. Atualmente em sua 2ª versão, aprovada em 29/08/2023, está disponível para consulta no Portal Licitações CAIXA, <http://licitacoes.caixa.gov.br>;

- Risco de reputação - Risco decorrente da percepção negativa sobre a instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, parceiros, fornecedores, investidores ou supervisores;
- Unidade Gestora - Unidade CAIXA responsável por um processo, serviço, produto ou atendimento conforme mandatos/responsabilidades definidos no OR005, e que pode ser acionada pela Ouvidoria da CAIXA diante da necessidade de tratamento de qualquer tipo de demanda de Ouvidoria.

3. MOTIVAÇÃO

3.1 Atendimento às Leis nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016 e aos Decretos nº 2.673/1998 e 8.945/2016, quanto às diretrizes para pagamento de dividendos na empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3.2 Atendimento à Resolução BCB nº 2/2020 quanto aos critérios e condições para a divulgação, em notas explicativas, de informações sobre partes relacionadas pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.3 Atendimento às Resoluções CVM nº 13/2020, 80/2022, 81/2022 e 94/2022 que disciplinam regras e diretrizes sobre transações com partes relacionadas.

4. VIGÊNCIA

4.1 A Política é revista anualmente, ou sempre que se fizer necessário, com o objetivo de mantê-la adequada à natureza, complexidade e riscos compatíveis com as práticas de mercado e a Governança Corporativa da Companhia.

5. DIRETRIZES

5.1 Todos os negócios são realizados a preços e condições compatíveis com os praticados no mercado.

5.2 Todos os negócios são realizados em condições em que a relação é proveitosa para todas as partes envolvidas, observados todos os fatores relevantes, tais como relação de troca, adequação da metodologia de avaliação adotada aos ativos envolvidos, razoabilidade das projeções e verificação de alternativas disponíveis no mercado.

5.3 Todas as rotinas e procedimentos ocorrem no estrito cumprimento das normas internas e externas com as quais se relacionam.

5.4 As contratações para aquisição de bens e serviços da CAIXA ASSET obedecem às normas estabelecidas no Regulamento de Licitações e Contratos da Controladora CAIXA – RLCC.

5.5 Adoção de tratamento justo e imparcial para todas as partes envolvidas no processo e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros.

5.6 Divulgação de forma eficaz, precisa, adequada e clara de informações a fim de proporcionar o entendimento às Partes Interessadas e de subsidiar sua tomada de decisão.

5.7 A TPR observa os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, segue os princípios e diretrizes descritos nesta Política, nos Códigos de Ética e de Conduta – [MN, ZD001] e na Política de Controle Interno, Compliance

e Integridade da CAIXA ASSET – [MN, ZD002] e deve ser celebrada sempre em linha com a legislação em vigor e com as melhores práticas de governança corporativa, assegurando a transparência e o pleno respeito às Partes Interessadas.

5.8 A TPR deve ser submetida às alçadas para análise e opinamento sobre a recomendação ou não de sua realização, conforme definido em manual de alçadas da Companhia – [MN, ZD009].

5.9 As Transações que envolvam Montante Relevante são analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

5.10 Para caracterização de uma TPR é considerada a essência do relacionamento entre as partes e não apenas a forma legal sob a qual se apresenta.

5.11 As decisões envolvendo TPR são adotadas sem discriminações ou privilégios, devendo ser observadas práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros.

5.12 Caso os Administradores ou empregados e qualquer parte relacionada a essas pessoas possuam interesse próprio ou conflitante com o da sociedade na TPR, ele deve informar qual é esse interesse e abster-se de participar dos processos negocial e decisório relativos à transação.

5.13 Para a realização de TPR são observados os seguintes critérios: o impacto de sua celebração para a Companhia, inclusive quanto ao Risco de Reputação ou Imagem e a classificação como em condições de mercado.

5.14 Para que a TPR seja classificada como em condições de mercado deve atender aos princípios estabelecidos nesta Política.

5.15 A TPR deve ser realizada em bases equitativas e deve estar claramente refletida nos relatórios da Companhia.

5.16 Toda TPR deve constar em notas explicativas às demonstrações contábeis, de acordo com as regras dispostas pela CVM, de forma clara e precisa, com detalhes suficientes para identificação das Partes Relacionadas e de quaisquer condições essenciais ou não estritamente comutativas inerentes às Transações em questão, de modo a facultar aos acionistas o exercício do direito de fiscalização e acompanhamento dos atos de gestão da Companhia.

5.17 Toda TPR e aquelas correlatas são divulgadas ao mercado, conforme regras vigentes da CVM e demais dispositivos legais aplicáveis, quando o valor total supere o menor dos seguintes valores:

- a. R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou
- b. 1% (um por cento) do ativo total da Companhia, apurado com base nas últimas demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia.

5.18 Transações em valores inferiores aos estabelecidos nas alíneas do item acima podem ser divulgadas, sob recomendação das alçadas competentes pela análise e opinamento, de acordo com as características da operação, a natureza da relação com a Parte Relacionada e a natureza e extensão do interesse da Parte Relacionada na operação.

5.19 As Transações com Partes Relacionadas (recorrentes ou não) realizadas pela CAIXA ASSET são devidamente registradas nos documentos contábeis, levadas pela Companhia e avaliadas pelos órgãos colegiados na ocasião das demonstrações financeiras quanto aos aspectos previstos nesta Política, assim como divulgadas trimestralmente, observando a trilha de governança competente e a legislação vigente.

5.20 As transações são celebradas por escrito, acompanhadas pelos documentos a serem aprovados, especificando-se suas principais características e condições, tais como: preço, prazos, garantias, condições de rescisão, responsabilidade pelo recolhimento de tributos e obtenções de licenças.

5.21 São vedadas formas de remuneração de assessores, consultores ou intermediários que gerem conflito de interesses com a Companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas.

5.22 É vedada a TPR:

- a. de concessão de empréstimos a Controlador, Administradores e às demais Partes Relacionadas;
- b. realizada em condições que de alguma forma possam prejudicar os interesses da Companhia;
- c. que envolva a participação de Empregados e Administradores cujos negócios de natureza particular ou pessoal interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou decorram da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia;
- d. realizada em detrimento da Companhia, favorecendo Participadas ou Controlador, devendo as transações entre tais partes observarem condições estritamente comutativas.

5.23 Não se aplicam as regras desta Política às aplicações financeiras e resgates de aplicações financeiras, que obedecem às regras da Política de Investimentos da Companhia.

5.24 Antes de realizar uma transação, a unidade gestora deverá efetuar consulta no SICOW, para verificar se a respectiva transação pode envolver uma Parte Relacionada.

5.25 A Unidade Jurídica, por meio de consulta a ser aberta pela área responsável junto ao portal jurídico, deve emitir Nota Jurídica contendo manifestação sobre a conformidade da TPR aos aspectos jurídicos e legais, em especial à luz da Lei n.º 4.595/1964, da Lei n.º 13.303/2016 e da Resolução CMN n.º 4.693/2018.

5.26 Cada proposição de Transação com Parte Relacionada deverá ser instruída com as informações necessárias à sua análise, além de evidências e opinião da área gestora de que (a) há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a TPR e que (b) a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes.

5.27 O Comitê de auditoria, órgão colegiado estatutário que se reporta diretamente ao Conselho de Administração da CAIXA, no âmbito das suas competências e conforme seu regimento interno, avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e a divulgação das TPR.

5.28 Unidade Responsável: Áreas Gestoras

5.29 Os Membros Estatutários e Empregados respeitam as normas definidas para negociação, análise e aprovação da TPR, não devendo intervir de modo a influenciar a contratação com Partes Relacionadas em desconformidade com tais normas.

5.30 Cada Pessoal-chave da administração deverá completar anualmente um questionário destinado a coletar informações sobre as partes a ela relacionadas, de acordo com as definições desta Política, e sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenha ciência, cabendo-lhe se informar com os membros próximos da família.

5.30.1 O questionário referente ao Pessoal-chave da administração que integre órgão compartilhado pela Controladora tem o preenchimento e coleta conduzidos pela Controladora, observando o Convênio de Compartilhamento.

5.31 EMPREGADOS E DIRIGENTES

5.31.1 A CAIXA ASSET disponibiliza canal de denúncias, interno e externo, acessível através do site da Companhia, com garantia de sigilo e proteção para denunciante de boa-fé que tenham conhecimento e queiram comunicar situações envolvendo transações com Parte Relacionadas.

6. RESPONSABILIDADES

6.1 ÁREAS GESTORAS

6.1.1 As áreas da Companhia deverão, sempre que forem celebrar quaisquer contratos, consultar previamente o Cadastro de Partes Relacionadas da CAIXA ASSET.

6.1.2 Caso seja identificada TPR, instruir a documentação de realização da referida TPR às instâncias pertinentes para análise e opinação sobre a recomendação ou não da realização da Transação, nos termos desta Política e do manual de alçadas da Companhia, incluindo o preço, prazos, garantias, condições de rescisão, responsabilidade pelo recolhimento de tributos e obtenções de licenças, assim como, caso haja dúvida jurídica, consulta ao jurídico, esclarecendo, nesse caso, a dúvida específica existente.

6.1.3 Comunicar à GECOF, em até 3 (três) dias úteis, a TPR formalizada para que seja avaliada a necessidade da imediata divulgação ao mercado e inclusão nas respectivas demonstrações contábeis da CAIXA ASSET.

6.2 DIRETORES, SUPERINTENDENTES NACIONAIS E GERENTES NACIONAIS

6.2.1 Analisar e opinar, observando suas alçadas, sobre a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer Participada, seus administradores, seus acionistas controladores e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com quaisquer outras sociedades que com qualquer destas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, que atinjam o valor definido em manual de alçadas.

6.3 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

6.3.1 Deliberar, após manifestação da Diretoria, sobre as transações com partes relacionadas que atinjam o valor considerado como Montante Relevante.

6.3.2 Aprovar a revisão da política anualmente, ou sempre que se fizer necessário, com o objetivo de mantê-la adequada à natureza, complexidade e riscos compatíveis com as práticas de mercado e a governança corporativa da Companhia.

6.4 GERÊNCIA NACIONAL DE CONTROLADORIA E FINANÇAS

6.4.1 Evidenciar em notas explicativas as informações envolvendo transações com Partes Relacionadas, sempre em consonância com as práticas contábeis emanadas pelos respectivos órgãos reguladores, conforme diretriz estabelecida acima desta Política.

6.4.2 Assegurar a divulgação ao mercado, conforme regras vigentes da CVM e demais dispositivos legais aplicáveis, das TPR, ou conjunto de TPR correlatas, cujo valor total supere o menor dos valores estabelecidos no item 5.17.

6.4.2.1 As Transações em valores inferiores aos estabelecidos no item 5.17 podem ser divulgadas, sob recomendação das alçadas decisórias, tendo em vista as características da operação, a natureza da relação com a Parte Relacionada e a natureza e extensão do interesse da Parte Relacionada na operação.

6.4.2.2 A possibilidade disposta no subitem 6.4.2.1 não exclui a prerrogativa primária de divulgação, nos casos de atos ou fatos relevantes, da GECOF.

6.5 COMITÊ DE AUDITORIA

6.5.1 Avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e a divulgação das Transações com Partes Relacionadas.

6.6 GERÊNCIA NACIONAL DE GOVERNANÇA, RISCOS ESPECIALIZADOS E COMPLIANCE

6.6.1 Monitorar boas práticas de Governança Corporativa no mercado, de forma a avaliar a necessidade de atualizações nesta Política, que deve ocorrer no mínimo anualmente.

6.6.2 Submeter, anualmente, a cada Pessoal-chave da administração, exceto aqueles dos órgãos colegiados compartilhados com a Controladora, questionário destinado a coletar informações sobre as partes a ela relacionadas, de acordo com as definições desta política, e sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenha ciência, cabendo-lhe se informar com os membros próximos da família.

6.6.3 Instruir o Pessoal-chave da administração, e periodicamente orientá-los, sobre a obrigação de informar a área de governança e compliance da Companhia sobre qualquer potencial transação com parte relacionada de que tenha conhecimento.

6.6.4 Manter cadastro atualizado, no SICOW, com a identificação das Partes Relacionadas, que deverá ser consultado pelos responsáveis por transações antes da sua conclusão, para verificar se a respectiva transação pode ser uma Transação com Parte Relacionada.

CAIXA Asset